NE NORTE ESTRUTURA

ANO VI/N.º17
EDIÇÃO Inverno 2023

CCDRN
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Crescimento económico do Norte no contexto nacional e europeu de 2000 a 2022

NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Relatório disponível na Internet www.ccdr-n.pt/norte-estrutura

Índice

Introdução 3
1. Crescimento económico do Norte no contexto nacional e europeu 4
2. Crescimento económico do Norte no contexto das NUTS II nacionais: perspetiva histórica 5
3. Trajetórias de convergência e divergência do PIB por habitante nos ciclos económicos 6
4. Os determinantes do crescimento do PIB por habitante do Norte 8
   4.1. Nota metodológica 8
   4.2. Aplicação 8
5. Crescimento económico e convergência real das NUTS III do Norte no longo-prazo 10
6. Crescimento económico e convergência real das NUTS III do Norte ao longo dos ciclos económicos 12
Conclusões 14

Introdução

Existe um consenso entre os decisores políticos e analistas de que o crescimento económico é fundamental para a melhoria do bem-estar material e social das pessoas e dos territórios e que a sua aceleração permitirá ter melhores políticas redistributivas.

Este consenso trouxe para a discussão pública um conjunto de retóricas explicativas do modesto crescimento económico em Portugal e nas suas regiões ao longo das últimas duas décadas, como o excesso de endividamento público e privado, a dívida externa e o reduzido crescimento da produtividade do trabalho, num contexto de declínio demográfico e de envelhecimento populacional.

Estas debilidades estruturais, assim como um conjunto de choques externos incontroláveis pelos decisores políticos, foram determinantes para o fraco desempenho nacional. Entre 2000 e 2022, o crescimento económico médio anual de Portugal foi de 0,8%, um valor que não permitiu assegurar a convergência real do País e das suas regiões com a UE27.

Apesar de modelos económicos diferentes entre as regiões – como são os casos da maior base industrial do Norte e a maior dependência do setor terciário na Área Metropolitana de Lisboa – as diferenças de crescimento económico não foram assinaláveis. Entre 2000 e 2022, o crescimento económico médio anual do Norte foi de 1,0%, um valor 0,2 pontos percentuais (p.p.) acima do nacional.

O reduzido diferencial de crescimento económico do Norte face ao do País não permitiu retirar a Região do último lugar nacional no indicador do PIB por habitante, uma situação que se prolonga há duas décadas. Porém, num século assinalado por mudanças institucionais, tecnológicas, económicas, políticas e sanitárias, como foram, por ordem citada, a adesão de Portugal à Zona Euro, o reforço da automação e a digitalização das economias, a segmentação das cadeias de valor internacionais, a adesão de novos Estados-Membros à UE27 e a crise pandémica, a reação da economia do Norte a essas mudanças provocou diferentes ritmos de crescimento económico e de convergência real com a média nacional e europeia ao longo dos diferentes ciclos económicos.

Esta publicação tem como principal objetivo medir a evolução do crescimento económico do Norte no contexto nacional e europeu ao longo dos diferentes ciclos económicos, de modo a perceber as causas que levaram ao diferencial de crescimento económico entre a Região, Portugal e a média da UE27.

Para esse exercício, os últimos 23 anos foram divididos em quatro fases distintas. A primeira fase (2000-08) diz respeito ao período de adesão de Portugal à Zona Euro até à crise financeira internacional de 2008, marcada por um crescimento económico anémico. A segunda fase (2008-2013) engloba um período recessivo em resultado da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas. A terceira fase (2013-19) inclui um período de crescimento económico prolongado, enquanto a última fase (2019-2022) engloba a crise pandémica e a dinâmica de recuperação.

O segundo objetivo desta publicação consiste em medir os contributos da produtividade do trabalho e do emprego para o crescimento do PIB por habitante do Norte. Entre 2000 e 2022, o crescimento real do PIB por habitante da Região, em média anual, derivou de um modelo desequilibrado, substanciado em ganhos de produtividade e perda de emprego. Importa analisar, também, a evolução destas variáveis em cada ciclo económico e relacioná-las com a alteração observada nos fatores de competitividade da economia, informação útil para se projetar os limites do crescimento económico do Norte, num quadro de tendências demográficas negativas.

1. Crescimento económico do Norte no contexto nacional e europeu

Em 2022, o crescimento económico do Norte foi de 5,6%, um valor inferior ao nacional (6,8%), mas superior ao da média dos Estados-Membros da UE27 (3,4%).

O acentuado crescimento económico do Norte e de Portugal em 2022, assim como em 2021, continuou a beneficiar de um efeito base associado à recuperação da atividade empresarial, após a grande recessão de 2020 que resultou da crise pandémica, não sendo previsível a manutenção desse ritmo de crescimento a médio-prazo.

Apesar do menor crescimento real do PIB do Norte face ao de Portugal no ano de 2022, a economia da Região voltou a ser mais resiliente do que a nacional no ciclo económico mais recente. Entre 2019 e 2022, período que incluiu o impacto recessivo da crise pandémica de 2020 e a fase de recuperação que se seguiu, o PIB em volume do Norte aumentou, em média anual, 1,4%, um valor superior ao nacional (1,2%) e ao da UE27 (1,1%).

O modelo do Norte – especializado no setor industrial e aberto ao exterior – tem sido a principal razão para um maior crescimento económico da Região no contexto nacional na maioria dos ciclos económicos. Já na fase anterior à crise pandémica, entre 2013-19, o crescimento económico da Região tinha sido, em média anual, de 2,8%, um valor superior ao nacional (2,3%) e ao da UE27 (2,1%).

Esse período de maior fulgor económico coincidiu com a afirmação do modelo mais aberto ao exterior da economia do Norte. Entre 2013 e 2019, a intensidade exportadora de bens da Região (exportações/PIB) aumentou de 34,9% para 36,1%, um valor que contrastou com a estagnação observada em Portugal.

A maior abertura da economia do Norte tem permitido às empresas escoar a produção para vários mercados, o que reduziu o impacto dos choques recessivos de natureza nacional. Por essa razão, no ciclo económico de 2008 a 2013, que incluiu a crise da dívida soberana, o PIB em volume do Norte registou uma contração inferior à nacional. De facto, é preciso recuar ao período de 2000 a 2008 para se observar um crescimento económico do Norte inferior ao da média nacional (cf. Figura 2).

Em resultado da maior resiliência nas fases recessivas e de um maior crescimento nas fases de expansão, o aumento médio anual do PIB em volume do Norte (1,0%) superou o nacional (0,8%) entre 2000 e 2022, mas ficou aquém do crescimento registado na UE27 (1,4%).

Figura 1 – Crescimento económico anual
(taxa de variação do PIB em volume)

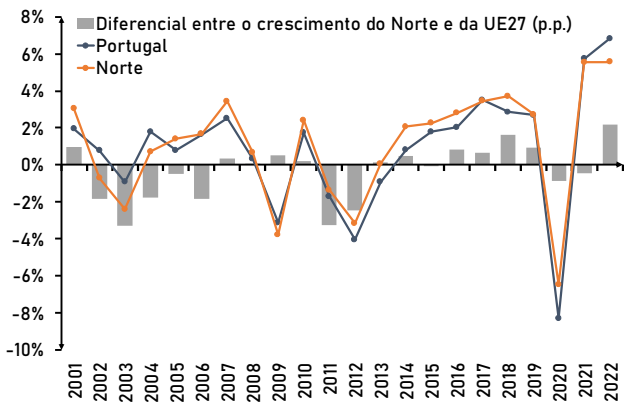
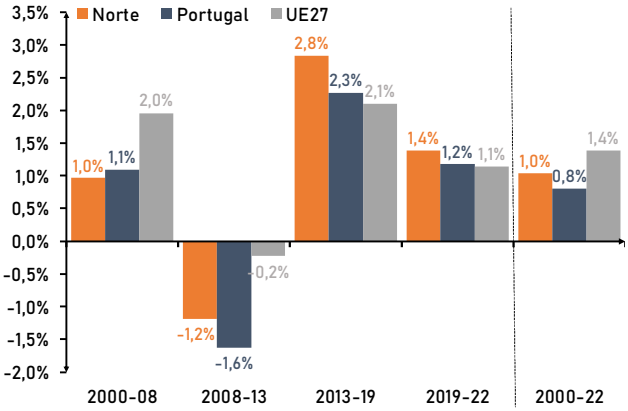


Figura 2 – Crescimento económico, por fases
(taxa de variação média anual do PIB em volume)



2. Crescimento económico do Norte no contexto das NUTS II nacionais: perspetiva histórica

Entre 2000 e 2008, um período marcado pela redução das taxas de juro e pelo aumento do endividamento dos agentes económicos, o PIB em volume da economia nacional registou, em média anual, um aumento de 1,1%. Nesta fase, os crescimentos económicos mais acentuados foram, em média anual, registados nas Regiões Autónomas da Madeira (2,7%) e dos Açores (2,4%), assim como no Algarve (1,9%) e Área Metropolitana de Lisboa (1,4%). O Norte viu este indicador aumentar em 1,0%.

Neste período, a Área Metropolitana de Lisboa – a região mais desenvolvida de Portugal - foi a que mais contribuiu para o crescimento económico do País, com 0,51 pontos percentuais (p.p.), seguindo-se o contributo do Norte (0,27 p.p.) e do Centro (0,12 p.p.)

Na fase seguinte de crescimento económico nacional, entre 2013 e 2019, o PIB em volume de Portugal cresceu, em média anual, 2,3%, uma aceleração face à tendência de crescimento da primeira metade do corrente século, num contexto de desalavancagem financeira e de equilíbrio externo. Neste período, os maiores crescimentos económicos ocorreram no Algarve (3,6%), Norte (2,8%) e Centro (2,3%). Nesta fase, o Norte foi a alavanca da economia nacional, com o maior contributo (0,83 p.p.) para o crescimento económico do País, seguindo-se o contributo da Área Metropolitana de Lisboa (0,68 p.p.) e do Centro (0,43 p.p.).

Neste período (2013-2019), a aceleração do crescimento económico do País foi acompanhada por um aumento da coesão territorial, por via do maior dinamismo das suas regiões menos desenvolvidas e mais industrializadas, como são os casos do Norte e do Centro. Economicamente, o reforço das vantagens comparativas dessas regiões no comércio internacional e o subsequente aumento das quotas de mercado aceleraram o crescimento económico nacional.

No ciclo económico seguinte, entre 2019 e 2022, o crescimento económico nacional foi, em média anual, de 1,2%. Neste período, os crescimentos económicos de maior amplitude, em média anual, foram registados na Região Autónoma da Madeira (1,8%), Norte (1,4%) e Região Autónoma dos Açores (1,4%). Nesta fase, os contributos das principais economias regionais para o crescimento económico nacional foram muito semelhantes. A Área Metropolitana de Lisboa deu um contributo de 0,45 p.p., seguindo-se o do Norte (0,42 p.p.) e o do Centro (0,16 p.p.).

Figura 3 – Crescimento económico das NUTS II nacionais
(taxa de variação média anual do PIB em volume)

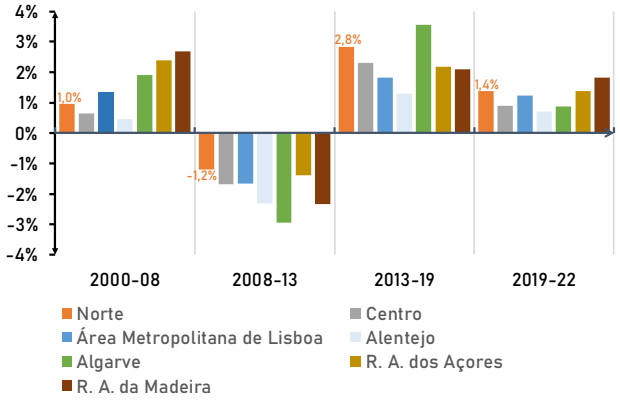
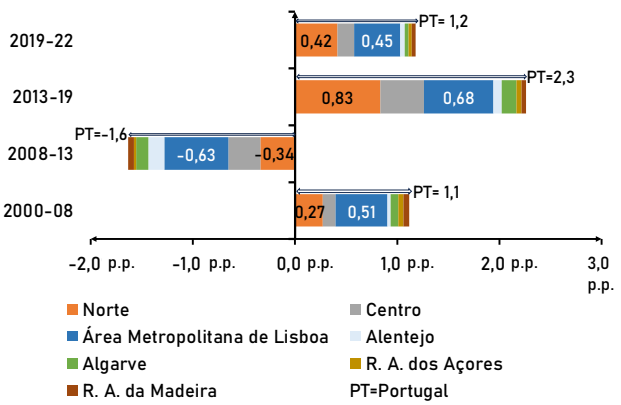


Figura 4 – Contributo de cada NUTS II para o crescimento económico de Portugal
(valores em pontos percentuais, média anual)



Com base na comparação entre os principais períodos de crescimento económico em Portugal (2000-08 e 2013-19), não há evidência de que a criação de riqueza do País apenas possa ser maximizada a partir do maior dinamismo da sua região mais desenvolvida, por via de uma lógica de crescimento em cascata com efeitos *spillovers* difundidos ao resto do território. Quando a Área Metropolitana de Lisboa foi o motor nacional, o crescimento económico de Portugal foi reduzido (1,1%). Por outro lado, quando o Norte teve o papel mais decisivo, por via do reforço de fatores competitivos mais sustentáveis economicamente e financeiramente, o crescimento médio anual nacional aumentou para 2,3%.

3. Trajetórias de convergência e divergência do PIB por habitante nos ciclos económicos

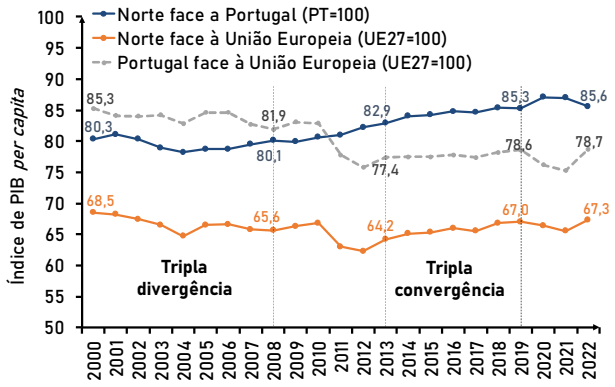
O PIB por habitante do Norte, a preços correntes, atingiu o valor de 20 136 € em 2022, representado um aumento de 1 875 € face ao registado no ano transato, aumentando 10,3%. No entanto, num contexto de crescimento acentuado dos preços de produção, a taxa de variação real do PIB por habitante do Norte foi de 5,5% em 2022.

Este crescimento acentuado não evitou que o PIB por habitante da Região tivesse divergido do valor do País. Em termos relativos, este indicador diminuiu de 87,0% para 85,6% do nacional entre 2021 e 2022. Esta divergência face a Portugal resultou de um maior crescimento económico do País comparativamente ao da Região em 2021 e 2022, num contexto de forte recuperação do turismo. Em todo o caso, na comparação com a média dos Estados-Membros da União Europeia, o PIB por habitante do Norte, avaliado em paridade de poder de compra (p.p.c), convergiu de 65,5% para 67,3% da UE27 entre 2021 e 2022.

As dinâmicas de convergência/divergência de curto-prazo (dois anos consecutivos) têm uma natureza conjuntural - como a recuperação do setor do turismo em 2022 – de modo que a leitura das tendências de médio e longo-prazo são mais conclusivas relativamente à evolução do padrão de vida da população do Norte no contexto nacional e europeu.

Neste quadro, numa análise de longo-prazo, o PIB por habitante do Norte convergiu de 80,3% para 85,6% do nacional entre 2000 e 2022, o que significou um ritmo de convergência de 0,24 p.p. em média anual. Em sentido contrário, na comparação com a média dos Estados-Membros da União Europeia, o PIB por habitante do Norte, em p.p.c, divergiu de 68,5% para 67,3% da UE27 durante o mesmo período.

Figura 5 – Dinâmicas de convergência e divergência dos PIB *per capita* do Norte e de Portugal



No médio-prazo, o ritmo de convergência/divergência do padrão de vida da população do Norte no contexto nacional e europeu foi diferente ao longo das fases do ciclo económico, em resultado dos choques externos assimétricos e da evolução dos modelos de crescimento nacional e regionais (principais NUTS II).

Entre 2000 e 2008, o PIB por habitante do Norte observou uma divergência com o da UE27 e com o de Portugal (cf. Figura 5), num

contexto de um modelo económico nacional que promoveu o setor dos bens não-transacionáveis, gerando pressões inflacionistas difundidas a todo o território. Nesse período, a deterioração da competitividade internacional do País – por via, sobretudo, do aumento da taxa de câmbio real e da adesão da China à Organização Mundial do Comércio – teve um impacto negativo na competitividade do Norte e nos seus pilares de crescimento, assentes num modelo económico onde predomina o emprego nas indústrias transformadoras e o comércio internacional.

Consequentemente, o menor desempenho do Norte (a região mais populosa do País e das mais industrializadas da Europa), assim como um crescimento económico modesto da região mais desenvolvida do País (com um modelo económico assente em bens não-transacionáveis) afetaram negativamente a evolução da economia nacional como um todo. Entre 2000 e 2008, o PIB por habitante de Portugal, em p.p.c., divergiu de 85,3% para 81,9% da média da UE27. Em termos conclusivos, neste período ocorreu uma **tripla divergência real**, nomeadamente, as do Norte face a Portugal e à UE27 e a de Portugal face à UE27.

A perda de competitividade nacional, os desequilíbrios macroeconómicos resultantes do endividamento interno e externo dos agentes económicos, assim como a crise financeira internacional de 2008 originaram uma fase de decréscimo da atividade económica em Portugal e no Norte entre 2008 e 2013.

Contudo, neste período, dada a menor recessão da economia do Norte em comparação com a de Portugal – em resultado do menor grau de endividamento regional e da sua maior orientação exportadora – o PIB por habitante do Norte convergiu com o nacional (cf. Figura 5). Porém, na comparação com a UE27, tanto o Norte como Portugal registaram uma trajetória de divergência.

O período seguinte, entre 2013 e 2019, ficou assinalado pelo aumento do ritmo de crescimento da economia nacional e regional, o que originou uma **tripla convergência real** no PIB por habitante, designadamente, as convergências do Norte com Portugal e com a UE27, assim como a convergência de Portugal com a UE27.

Neste período, o reforço da estabilidade macroeconómica em Portugal, o aumento da orientação exportadora do Norte, a mudança qualitativa do perfil do comércio internacional da Região (as exportações de média e alta tecnologia evoluíram de 30,6% do total para 36,5%), assim como o reforço da eficiência do mercado de trabalho (por via da criação de emprego) possibilitaram a convergência do PIB por habitante do Norte de 82,9% para 85,3% da média nacional entre 2013 e 2019. Ao mesmo tempo, na comparação com a União Europeia, este indicador, em p.p.c., do Norte convergiu de 64,2% para 67,0% da média da UE27.

No ciclo económico mais recente da série temporal em análise, o PIB por habitante do Norte convergiu marginalmente de 85,3% para 85,6% da média nacional entre 2019 e 2022. Na comparação com a União Europeia também se observou uma convergência de 0,3 p.p. no mesmo indicador, avaliado a p.p.c. Neste quadro, a crise pandémica de 2020 foi um choque externo conjuntural que não alterou a tendência estrutural de convergência do Norte no contexto nacional e europeu, observada ao longo da última década.

Não obstante a convergência real do Norte no contexto nacional, o PIB por habitante da Região continuava a ser o mais reduzido entre as NUTS II nacionais em 2022. Nesse ano, o valor do Norte representava 85,6% do nacional, seguindo-se o do Centro (85,7%) e o da Região Autónoma dos Açores (89,7%).

4. Os determinantes do crescimento do PIB por habitante do Norte

4.1. Nota metodológica

Do ponto de vista metodológico, a dinâmica do PIB por habitante resulta de um modelo que equaciona dois elementos económicos (produtividade do trabalho e emprego) e um elemento demográfico (população):

$$PIB\ per\ capita = \underbrace{\frac{PIB}{Emprego}}_{\text{Produtividade do trabalho}} \times Emprego \times \frac{1}{População}$$

Esta análise permite saber se o crescimento do PIB por habitante do Norte resultou de uma evolução equilibrada com ganhos de produtividade e de emprego – situação ideal do ponto de vista do bem-estar – ou se, pelo contrário, derivou de uma dinâmica desigual, com preponderância de um dos fatores.

Ao mesmo tempo, a inclusão do fator população permite medir o efeito estatístico/matemático, habitualmente observado em territórios com dinâmicas demográficas mais negativas, nos quais o crescimento do PIB por habitante resulta, em grande medida, da queda da população e não propriamente do crescimento económico.

4.2. Aplicação

O PIB por habitante do Norte, a preços constantes, aumentou, em média anual, 1,2% entre 2000 e 2022, que compara com um crescimento de 0,8% em Portugal (cf. Figura 6). Durante esse período, o crescimento do PIB por habitante do Norte derivou de um modelo desequilibrado, com um contributo positivo da produtividade do trabalho (1,19 p.p.) e um contributo negativo do emprego (-0,15 p.p.), em média anual, num contexto marcado por um declínio populacional que, apesar de não ter sido acentuado, contribuiu por via do efeito estatístico para um crescimento do PIB por habitante de 0,12 p.p..

O impacto positivo da modernização do aparelho económico do Norte na produtividade, assim como a redução populacional entre 2000 e 2022 e o seu efeito negativo na disponibilidade de mão-de-obra, não permitiram assegurar um modelo de crescimento económico equilibrado, com aumentos simultâneos e equiparados do emprego e da produtividade ao longo desse período. Contudo, nos diferentes ciclos económicos do corrente século foi possível observar modelos de crescimento económico no Norte, nos quais o contributo da produtividade e do emprego foram menos desiguais.

Ainda numa dinâmica desequilibrada, no ciclo económico de 2000 a 2008, o aumento do PIB por habitante do Norte, a preços constantes, foi, em média anual, de 0,8%, sendo que o modelo de crescimento derivou de um contributo positivo da produtividade do trabalho (+1,24 p.p.), acompanhado pelo contributo negativo do emprego (-0,28 p.p.), num contexto de ligeiro crescimento populacional na Região.

Nesta fase, num quadro em que a produção das empresas cresceu a um ritmo reduzido, a modernização da atividade económica e o desaparecimento de muitas empresas das indústrias transformadoras com baixos níveis de valor acrescentado foram as principais causas para um modelo de crescimento do PIB por habitante desequilibrado do Norte, com perda de emprego e aumento da produtividade do trabalho.

Na fase seguinte de crescimento económico (2013-19), o PIB por habitante do Norte, avaliado a preços constantes, aumentou 3,2%, em média anual. Este crescimento acentuado resultou do contributo positivo da produtividade do trabalho (1,09 p.p.) e,

sobretudo, do contributo positivo do emprego (1,75 p.p.), num contexto de ligeira redução populacional.

Nesta fase, o crescimento económico mais equilibrado – por via do emprego e da produtividade – deveu-se a fatores conjunturais e estruturais. Do ponto de vista conjuntural, o elevado contributo do emprego resultou, em parte, de uma trajetória de recuperação deste indicador, após a queda significativa registada no período de 2008-2013.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista estrutural, entre 2013 e 2019, continuou a observar-se a mudança da especialização económica para atividades mais intensivas em trabalho, o que contribuiu para aumentar o contributo do emprego para o crescimento económico. Neste período, 70% do emprego criado no Norte teve origem no setor dos serviços (com destaque para os ramos da saúde humana, apoio social, educação e comércio).

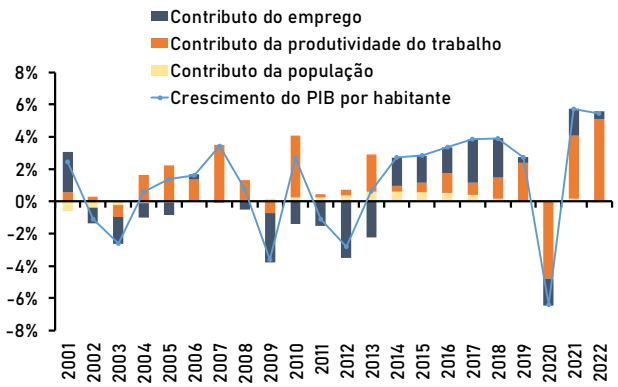
No ciclo económico mais recente, o crescimento real do PIB por habitante do Norte foi, em média anual, de 1,4% entre 2019 e 2022. Este crescimento resultou, essencialmente, do contributo positivo da produtividade do trabalho (1,28 p.p.) e do contributo marginal do emprego (0,10 p.p.), num contexto de estagnação populacional e de um nível de atividade económica perto do pleno emprego.

Em síntese, a decomposição elaborada permitiu identificar os limites do crescimento do PIB por habitante do Norte. Como evidenciado, o contributo da produtividade do trabalho, em média anual, para o crescimento do PIB por habitante da Região, em cada uma das fases do ciclo económico, registou um valor mínimo de 1,09 p.p. e um valor máximo de 1,28 p.p. entre 2000 e 2022, enquanto no emprego os contributos oscilaram entre -2,3 p.p. e 1,75 p.p. (a maior oscilação deveu-se a fases de crescimento após recessões profundas).

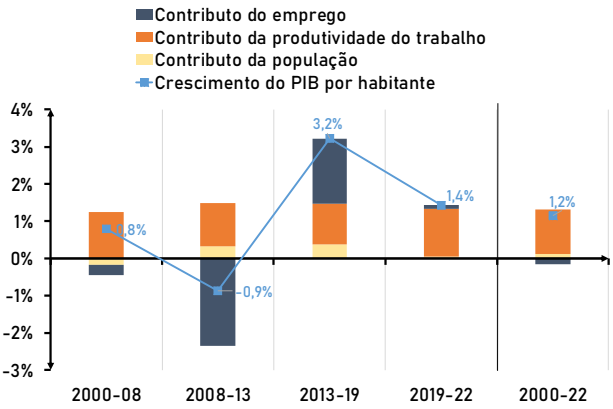
Em termos prospetivos, num cenário de declínio demográfico e de redução da mão-de-obra disponível, o crescimento do PIB por habitante do Norte e dos salários só poderá resultar da aceleração do crescimento da produtividade, um objetivo global para o qual concorrem objetivos intermédios, como o aumento da despesa de I&D em percentagem do PIB, o reforço das exportações de bens e serviços de média e alta tecnologia, o aumento de empresas exportadoras e um padrão geográfico de maior dispersão do sistema científico-tecnológico e sua integração nas cadeias de valor regionais. Tais objetivos contribuirão para uma economia mais diversificada e complexa.

Figura 6 – Decomposição do crescimento do PIB por habitante do Norte (preços constantes)

(valores anuais)



(valores em média anual)

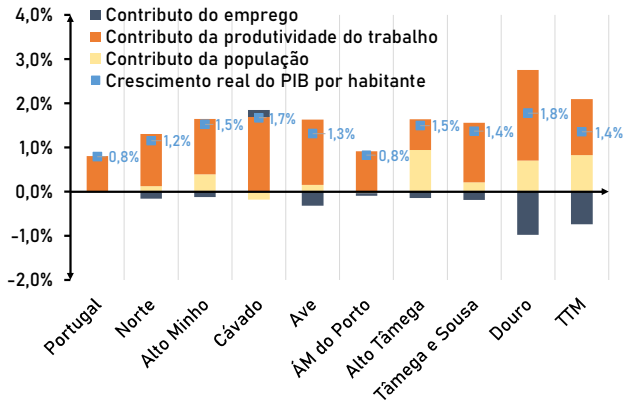


5. Crescimento económico e convergência real das NUTS III do Norte no longo-prazo

As diferenças no rendimento por habitante entre as NUTS III do Norte observaram uma redução entre 2000 e 2022, o que promoveu a coesão territorial relativamente a este indicador. Nesse período de 23 anos, as sete sub-regiões que tinham, inicialmente, um nível de desenvolvimento inferior ao do Norte em 2000 registaram, em média anual, um crescimento real do PIB por habitante superior ao da Região como um todo. Em sentido contrário, apenas a Área Metropolitana do Porto, a sub-região mais desenvolvida em 2000, teve um crescimento inferior ao do Norte neste indicador (cf. Figura 7).

A sub-região do Douro foi a que observou o maior crescimento real do PIB por habitante (1,8%), em média anual, entre 2000 e 2022, seguindo-se o aumento deste indicador no Cávado (1,7%), Alto Tâmega (1,5%), Alto Minho (1,5%), Tâmega e Sousa (1,4%), Terras de Trás-os-Montes (1,4%) e Ave (1,3%), com valores superiores ao do Norte (1,2%), os quais comparam com um crescimento de 0,8% na Área Metropolitana do Porto.

Figura 7 – Decomposição do crescimento do PIB por habitante das NUTS III do Norte (preços contantes, média anual 2000-22)



O crescimento do PIB por habitante nas diferentes NUTS III do Norte resultou de dois efeitos: o efeito do crescimento económico (decomposto em produtividade do trabalho e emprego) e o efeito estatístico associado à variação populacional[1].

O efeito estatístico da redução da população residente no crescimento do PIB por habitante foi mais acentuado nas NUTS III de menor densidade populacional, em virtude de tendências demográficas mais negativas. Esse efeito atingiu a amplitude mais elevada no Alto Tâmega. Entre 2000 e 2022, a redução da população residente nesta sub-região contribuiu, em média anual, com 0,94 p.p. para o crescimento real do PIB por habitante de 1,5%. Consequentemente, a parte residual e de menor amplitude resultou do crescimento económico efetivamente observado neste território (0,57%, em média anual).

Nas restantes NUTS III do Norte de menor densidade populacional, o efeito da redução populacional continuou a ser elevado. No Douro, este efeito contribuiu com 0,70 p.p. para o crescimento real do PIB por habitante de 1,8%, enquanto na sub-região de Terras de Trás-os-Montes, contribuiu com 0,83 p.p. para o aumento real do PIB por habitante de 1,4%.

Em suma, apesar de todas as sub-regiões anteriormente mencionadas terem registado um aumento real do PIB, apenas no Douro o efeito positivo do crescimento económico superou o efeito estatístico da queda populacional para a convergência real do PIB por habitante com a média do Norte entre 2000 e 2022.

No quadro das NUTS III de menor densidade populacional, num contexto de declínio demográfico e, subsequente, queda acentuada do emprego (esta última com maior incidência no Douro e em Terras de Trás-os-Montes), o crescimento económico desses territórios apenas derivou do aumento da produtividade

[1] Em termos matemáticos, a redução (aumento) do denominador faz aumentar (diminuir) o valor do rácio do PIB por habitante.

do trabalho. No Douro, o contributo deste fator para o crescimento do PIB por habitante foi, em média anual, de 2,05 p.p., entre 2000 e 2022. Este foi o maior valor do Norte e compara com um contributo de 1,27 p.p. em Terras de Trás-os-Montes e de 0,70 p.p. no Alto Tâmega.

O aumento da produtividade do trabalho em territórios com forte declínio demográfico foi importante para o crescimento dos rendimentos reais e para o reforço da qualidade de vida da população local. Este crescimento da produtividade resultou, sobretudo, da mudança estrutural do emprego do setor primário menos produtivo para ramos de maior valor acrescentado incluídos no setor dos serviços, como a Administração Pública Local, saúde, educação, comércio e turismo.

Nos territórios mais urbanos e com declínios demográficos menos acentuados, entre 2000 e 2022, o crescimento económico emergiu, regra geral, de um contributo positivo da produtividade do trabalho, que foi acompanhado por um ligeiro contributo negativo do emprego.

A única exceção a esta dicotomia observou-se na sub-região do Cávado, que viu o crescimento do PIB por habitante, em média anual, de 1,7%, resultar de contributos positivos da produtividade do trabalho (1,69 p.p.) e do emprego (0,16 p.p.), num contexto de crescimento populacional entre 2000 e 2022. Esta sub-região observou, assim, um modelo virtuoso de crescimento, assente no emprego, na produtividade e na dinâmica populacional.

O padrão de crescimento económico nas restantes sub-regiões mais industrializadas do Norte, como o Ave e o Tâmega e Sousa, foi muito semelhante. Em ambos os casos, tanto o contributo positivo da produtividade do trabalho, como o contributo negativo do emprego para o crescimento económico foram mais acentuados do que no Norte como um todo. Entre 2000 e 2022, este modelo de crescimento económico resultou da dinâmica de modernização e de reestruturação do setor industrial nestes territórios, que originou a substituição de trabalho por bens de capital de maior produtividade, assim como dos efeitos negativos no emprego que decorreram da concorrência asiática em setores-chave, como o vestuário, têxteis e calçado.

No caso da sub-região mais desenvolvida do Norte (Área Metropolitana do Porto), o crescimento do PIB por habitante, em média anual, de 0,8% entre 2000 e 2022, apenas derivou do contributo positivo da produtividade do trabalho (0,91 p.p.), uma vez que o contributo do emprego foi negativo (-0,05 p.p.), num contexto de ligeiro crescimento populacional.

Dada a importância económica e populacional, representando cerca de 50% do emprego do Norte, o menor crescimento da produtividade do trabalho da Área Metropolitana do Porto no contexto regional limitou o ritmo de convergência real do Norte no quadro nacional e europeu entre 2000 e 2022.

Este resultado aconteceu numa sub-região que apresenta os melhores indicadores de inovação, o maior *stock* de conhecimento e uma economia diversificada e complexa. A ineficácia na transformação dos recursos existentes numa maior dinâmica de criação de valor revela que deve ser aprofundada a articulação entre o sistema científico-tecnológico e o sistema produtivo da sub-região, num quadro de reforço da mobilidade de pessoas e mercadorias.

Ao mesmo tempo, importa minimizar as externalidades negativas que resultaram da urbanização da sub-região ao longo das últimas décadas, de modo a evitar que o aumento dos custos de transporte e de habitação reduzam o crescimento da produtividade e da competitividade.

6. Crescimento económico e convergência real das NUTS III do Norte ao longo dos ciclos económicos

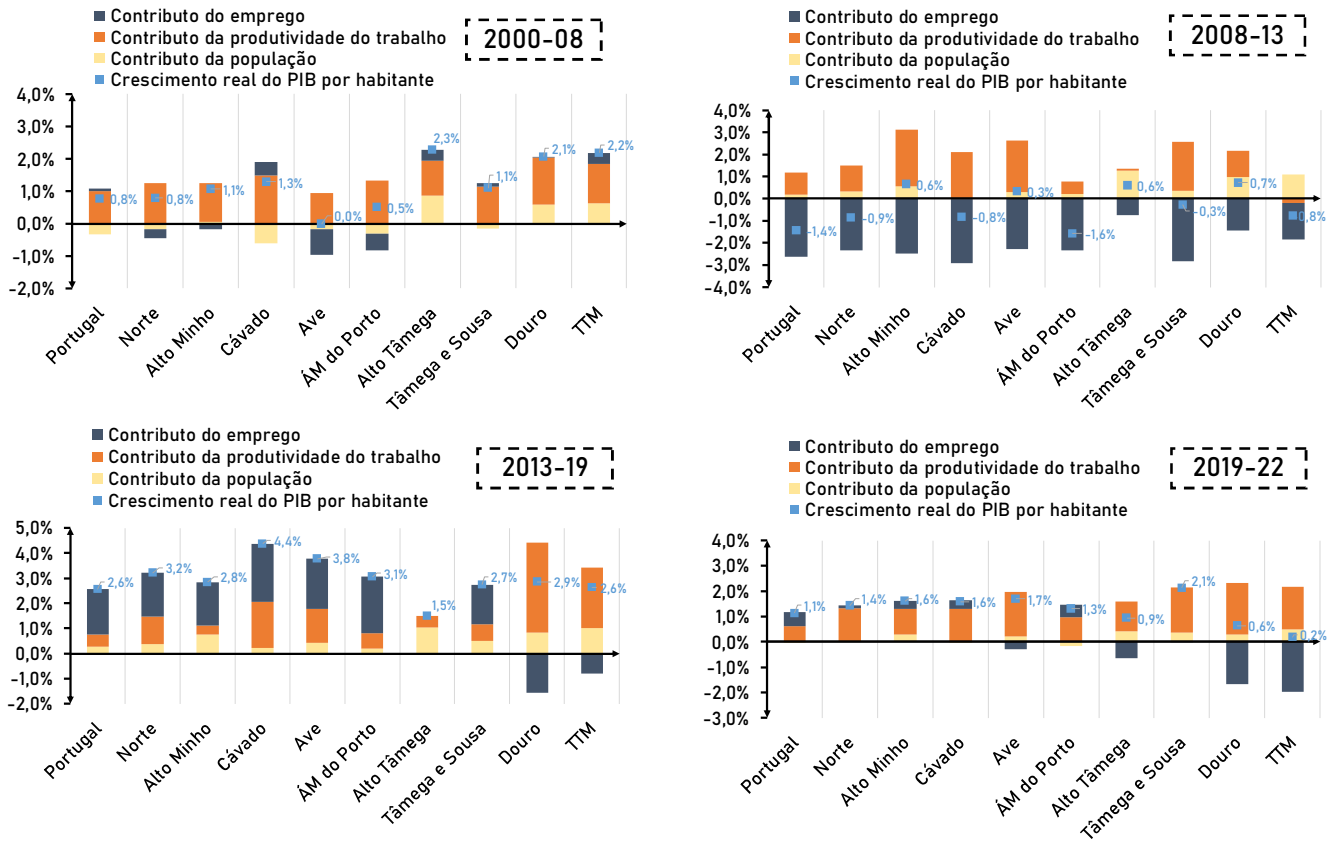
A existência de economias sub-regionais bastante diferentes relativamente à estrutura económica, à dinâmica populacional e ao *stock* de conhecimento refletiu-se em ritmos de crescimento e de convergência real distintos ao longo dos diferentes ciclos económicos (cf. Figura 8).

No período de 2000 a 2008, marcado pela perda de competitividade internacional do Norte, as sub-regiões mais industrializadas e urbanas viram o PIB por habitante crescer a um ritmo inferior ao das NUTS III de menor densidade populacional. Nesse período, com o menor desempenho económico, a sub-região do Ave assistiu a uma variação real nula do PIB por habitante, que compara com crescimentos moderados deste indicador na Área Metropolitana do Porto (0,5%), Norte (0,8%), Tâmega e Sousa (1,1%), Alto Minho (1,1%) e Cávado (1,3%). Em todas estas sub-regiões, o crescimento do PIB por habitante foi induzido, maioritariamente, pelo contributo positivo da produtividade do trabalho.

Entre 2000 e 2008, as NUTS III de menor densidade populacional registaram os maiores crescimentos reais do PIB por habitante. A sub-região do Alto Tâmega viu o indicador aumentar, em média anual, 2,3%, que compara com crescimentos de 2,2% em Terras de Trás-os-Montes e 2,1% no Douro.

Neste período, o principal motor do crescimento do PIB por habitante nas sub-regiões de menor densidade populacional foi, destacadamente, o crescimento da produtividade do trabalho. Ainda assim, as sub-regiões do Alto Tâmega e de Terras de Trás-os-Montes tiveram ganhos ligeiros de emprego que não foram observados no Douro, num contexto de declínio demográfico mais acentuado do que no Norte como um todo.

Figura 8 – Decomposição do crescimento do PIB por habitante das NUTS III do Norte nos diferentes ciclos económicos (preços contantes, média anual)



No ciclo económico seguinte, entre 2008-2013, marcado por um ambiente económico recessivo, o PIB por habitante do Norte diminuiu, em média anual, 0,9% em termos reais. Nesta fase, metade das sub-regiões do Norte registou uma redução do PIB por habitante (Cávado, Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa e Terras de Trás-os-Montes), enquanto a outra metade teve um aumento (Alto Minho, Ave, Douro e Alto Tâmega).

Nesta fase, todas as sub-regiões do Norte assistiram a uma diminuição acentuada do emprego, que foi acompanhada, em menor amplitude, pelo crescimento da produtividade do trabalho. Esta evolução positiva da produtividade foi conseguida, porque o PIB diminuiu menos do que o emprego.

No período de maior crescimento económico, entre 2013 e 2019, todas as sub-regiões assistiram a um crescimento real do PIB por habitante. Os aumentos iguais ou superiores ao do Norte (3,2%) ocorreram, em média anual, nas sub-regiões do Cávado (4,4%) e do Ave (3,8%), enquanto os crescimentos abaixo da média do Norte observaram-se na Área Metropolitana do Porto (3,1%), Douro (2,9%), Alto Minho (2,8%), Tâmega e Sousa (2,7%), Terras de Trás-os-Montes (2,6%) e Alto Tâmega (1,5%).

Este período (2013-19) ficou marcado, como mencionado anteriormente, por um aumento da orientação exportadora de bens do Norte e da sua competitividade, de modo que as sub-regiões mais urbanas e industrializadas beneficiaram de um contexto externo favorável ao crescimento económico, que não foi observado na mesma dimensão nas NUTS III de menor densidade populacional, com a sua estrutura económica mais dependente dos serviços e da produção agrícola escoada, maioritariamente, para o mercado interno. Este facto contribuiu para um menor crescimento do PIB por habitante nestes territórios relativamente à média do Norte.

Este período de crescimento económico, entre 2013 e 2019, ficou igualmente assinalado por um modelo mais equilibrado entre aumento da produtividade e do emprego nas sub-regiões do Norte mais urbanas e industrializadas. Em destaque, o contributo da produtividade do trabalho da sub-região do Cávado para o crescimento real do PIB por habitante foi de 1,82 p.p., um valor que compara com um contributo de 2,33 p.p. do emprego.

Tendo em conta o declínio demográfico mais acentuado nas NUTS III de menor densidade populacional e a subsequente redução do emprego entre 2013 e 2019, o crescimento real do PIB por habitante nestes territórios apenas resultou do aumento da produtividade do trabalho e do efeito estatístico associado à queda populacional. Este último efeito foi o mais importante, apenas, na sub-região do Alto Tâmega, enquanto no Douro e em Terras de Trás-os-Montes, preponderou, destacadamente, o crescimento do valor acrescentado por trabalhador.

No ciclo económico mais recente, entre 2019 e 2022, o PIB por habitante do Norte cresceu, em média anual, 1,4%. Os aumentos superiores ao da Região foram observados nas sub-regiões mais urbanas e industrializadas, com destaque para o Tâmega e Sousa (2,1%), Ave (1,7%), Cávado (1,6%) e Alto Minho (1,6%). As sub-regiões de menor densidade populacional registaram as menores taxas de crescimento neste indicador: Alto Tâmega (0,9%), Douro (0,6%) e Terras de Trás-os-Montes (0,2%).

Nesta fase, a produtividade do trabalho voltou a ter o maior contributo positivo para o crescimento do PIB por habitante em todas as sub-regiões do Norte. Ainda assim, nos territórios mais urbanos e industrializados foi possível observar contributos positivos do

emprego, designadamente na Área Metropolitana do Porto, Cávado e Alto Minho.

Em evidente contraste, nas NUTS III de menor densidade populacional, a redução do emprego deu um contributo negativo para a crescimento real do PIB por habitante entre 2019 e 2022, num contexto em que abrandou o declínio demográfico.

Conclusões

A recente edição das Contas Regionais do INE confirmou que o crescimento económico do Norte em 2022 foi de 5,6%, o valor mais elevado do corrente século, mas aquém do nacional (6,8%). As economias regional e nacional continuaram a beneficiar de um efeito de recuperação da atividade económica iniciada em 2021, após a recessão acentuada durante a crise pandémica de 2020, não sendo previsível a manutenção deste ritmo de crescimento a médio e longo-prazo. À medida que os efeitos conjunturais se dissiparem no tempo – como o da recuperação do setor do turismo – as economias começam a crescer por via de fatores estruturais, como o crescimento da produtividade, a internacionalização e a complexidade económica.

Não obstante o menor crescimento económico do Norte relativamente ao nacional em 2022, a economia da Região tem vindo a crescer mais do que a do País na maioria dos ciclos económicos que marcaram o corrente século. Em balanço, entre 2000 e 2022, o crescimento médio anual do PIB em volume do Norte foi de 1,0%, que compara com um crescimento de 0,8% em Portugal. Durante esse período, a economia do Norte convergiu com a média nacional, mas divergiu com a UE27, que assistiu a um crescimento económico médio anual de 1,4%.

Os reduzidos crescimentos económicos do Norte, de Portugal e da UE27 ocorreram num século atípico marcado por profundas recessões e fases de recuperação, algumas delas causadas por choques externos e outras por desequilíbrios macroeconómicos produzidos internamente a nível nacional, de modo que as conclusões acerca do impacto da política económica aplicada em Portugal e na Região devem ser lidas com cautela. Em todo o caso, o Norte, em função do seu modelo económico mais aberto e industrial, tem-se mostrado mais resiliente em ambientes recessivos e mais dinâmico em ambientes de expansão.

O ciclo económico mais recente (2019-22) – o qual inclui a crise pandémica e a fase de recuperação que se seguiu – foi um exemplo dessa resiliência: o crescimento económico do Norte foi, em média anual, de 1,4%, um valor superior ao nacional (1,2%) e ao da média dos Estados-Membros da UE27 (1,1%).

O diferencial de crescimento económico do Norte face ao do País e ao da UE27 atingiu o valor mais elevado no ciclo económico de 2013-19, período que coincidiu com um reforço significativo da competitividade da Região, após o ambiente recessivo observado entre 2008 e 2013.

Num novo quadro de aumento da internacionalização da economia, de desalavancagem financeira e de alteração gradual da componente tecnológica das exportações da Região, o crescimento económico médio anual do Norte foi de 2,8%, entre 2013 e 2019, um valor superior aos 2,3% de Portugal e aos 2,1% da UE27.

Esta fase (2013-19) de maior crescimento económico regional e nacional permitiu uma tripla convergência no PIB por habitante, designadamente, a convergência real do Norte com a média nacional e com a média dos Estados-Membros da UE27, assim como a convergência real de Portugal no quadro europeu.

Este resultado foi singular no corrente século e contou com o maior contributo do Norte. Dada a sua dimensão económica e populacional, à qual se juntou um ritmo elevado de crescimento económico, o Norte foi a NUTS II portuguesa que mais contribuiu para o crescimento económico nacional entre 2013 e 2019, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa e ao Centro.

Em evidente contraste, entre 2000 e 2008, no ciclo económico posterior à entrada de Portugal na Zona Euro e que terminou na crise financeira internacional, a economia do Norte registou, em média anual, um crescimento económico modesto (1,0%) e inferior ao nacional (1,1%) e ao da UE27 (2,0%). Nesse período observou-se uma tripla divergência real no PIB por habitante, nomeadamente, a divergência do Norte com Portugal e com a média dos Estados-Membros da UE27 e a nacional com estes últimos.

Este período único de tripla divergência real resultou de um ambiente económico caracterizado pela deterioração da competitividade internacional de Portugal e do Norte, para a qual contribuíram os incentivos internos ao endividamento e a proliferação de atividades pouco produtivas no setor dos bens não-transacionáveis, assim como um aumento da concorrência internacional dos países asiáticos em setores-chave da economia do Norte.

Neste quadro de crescimento económico modesto, entre 2000 e 2008, a Área Metropolitana de Lisboa – em função da sua especialização económica mais dependente da procura interna e dos incentivos ao endividamento – foi a NUTS II portuguesa que mais contribuiu para o crescimento económico nacional, seguindo-se o Norte e o Centro.

Apesar dos bons fatores competitivos da economia do Norte – como a internacionalização da economia e o seu setor industrial – o crescimento real do PIB por habitante do Norte de 1,2%, em média anual, entre 2000 e 2022, foi determinado, apenas, pelo contributo positivo da produtividade do trabalho (1,19 p.p.), num contexto de queda do emprego e de redução populacional.

Este modelo de crescimento desequilibrado, com crescimento da produtividade e redução do emprego, derivou da longa tendência de modernização do aparelho produtivo do Norte, à qual se juntou um dinamismo económico insuficiente para a fixação e atração de mão-de-obra. As procuras interna e externa não cresceram o suficiente para abarcar um crescimento da produção que pudesse suportar o aumento simultâneo das duas variáveis (produtividade e emprego).

Em termos prospetivos, com base nas projeções demográficas do INE a longo-prazo, num cenário central de declínio demográfico e subsequente queda da população em idade ativa, o crescimento potencial do PIB por habitante do Norte só poderá resultar de um aumento da produtividade do trabalho. Esta condição é mais relevante nas NUTS III de menor densidade populacional e com tendências demográficas mais negativas. Entre 2000 e 2022, a convergência real do PIB por habitante do Douro, Terras-de-Trás-os-Montes e do Alto Tâmega contou com o contributo positivo do crescimento da produtividade do trabalho.

Num cenário otimista – marcado pelo reforço das vantagens comparativas do Norte por via da criação de valor e da inovação – só um forte crescimento da procura externa dirigida ao setor exportador (incluindo serviços e turismo) poderá induzir um aumento acentuado da produção, de modo a gerar um crescimento económico equilibrado com ganhos de produtividade e de emprego. No entanto, dado o envelhecimento da população em idade ativa do Norte, este resultado estará sempre sujeito às dinâmicas e políticas de migração.

NORTE ESTRUTURA
DIVISÃO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DA REGIÃO
Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional
Coordenação técnica: Vasco Leite
Equipa técnica: Ana Correia e Josefina Gomes
Contactos: Gabinete de Marketing e Comunicação: gabinete.comunicação@ccdr-n.pt